

CEB Geração S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31/12/2024 e Relatório dos
Auditores independentes**

Abril de 2025



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Administradores e acionistas da
CEB GERAÇÃO S.A.

Introdução

Examinamos as Demonstrações contábeis regulatórias da CEB Geração S.A. (“Companhia” ou “CEB Geração”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As Demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Responsabilidade da administração pelas Demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da CEB Geração S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis regulatórias, independentemente

se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico estabelece que a concessionária de energia elétrica deve efetuar anualmente, ou sempre que houver indicativos de perdas, análise da recuperação econômica dos bens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia realizou essa análise para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e identificou a necessidade de constituir provisão integral para redução do valor recuperável (*impairment*) deste ativo, no montante de R\$14.637 mil. No entanto, tal provisão não foi contabilizada. Adicionalmente, o manual ainda determina que o registro da perda deve contar com a prévia anuência da ANEEL. Fomos informados pela Administração que a cientificação deste assunto ao órgão regulador não foi realizada até a data de emissão do presente relatório. Consequentemente, o ativo está demonstrado a maior por aquele montante, cujos reflexos do não reconhecimento da perda também se estendem para as demais demonstrações contábeis.

Opinião com ressalva

Em nossa Opinião, exceto pelo efeito do assunto mencionado na seção "Base para Opinião com ressalva, as Demonstrações Contábeis Regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Geração S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Ênfases

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

1) Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

A nota explicativa 2 às Demonstrações contábeis regulatórias descreve a base de elaboração dessas Demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da Aneel. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

2) Ausência de cobertura de seguro

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23, a Companhia não possui apólice de seguro vigente para a UHE Paranoá devido à dificuldade em encontrar seguradoras dispostas a oferecer cobertura de sinistro para a Usina em face do seu tempo de construção e uso já transcorrido. Esse fato denota a necessidade de modernização da usina, conforme já previsto em seu Plano de Negócios. A Administração monitora essa situação e não prevê riscos que possam levar à descontinuidade das operações da Companhia a curto prazo.

Outro assunto

Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício anterior examinadas por outro auditor

As Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro 2023, preparadas originalmente antes do ajuste relativo ao saldo da Reserva de lucros, descrito na nota explicativa nº 3.12, bem como das reclassificações entre linhas apresentadas nas Demonstrações regulatórias do resultado do exercício e dos fluxos de caixa, foram examinadas por outro auditor, que emitiu Opinião sem ressalva em 28 de março de 2024.

Como parte de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2024, examinamos também o ajuste descrito na Nota Explicativa 3.12, que foi efetuado para alterar os valores correspondentes das Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2023. Não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não são apropriados ou não foram corretamente efetuados.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2023 e, portanto, não expressamos Opinião, Conclusão ou qualquer forma de asseguarção sobre os números relativos ao exercício de 2023 tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o Relatório dos Auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, previsto no Art. 133 da Lei 6.404/76 e pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Nossa Opinião sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as Demonstrações Contábeis Regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2025



TEIXEIRA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRC MG 5.194 CNAI PJ 020



Adriano Rezende Thomé

Sócio e Diretor
Contador CRC MG-77.874-0/61

CEB Geração S.A.

Balanco Patrimonial Regulatório

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e em 01 de janeiro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	R\$ Mil		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Nota	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	13	5	1
Aplicações financeiras	26.266	26.508	26.252
Concessionárias e permissionárias	1.124	1.063	1.160
Outros ativos circulantes	51	1	78
	27.454	27.597	27.491
Ativo Não Circulante			
Depósitos judiciais e cauções	174	84	59
Bens e atividades não vinculadas	25	42	58
Imobilizado	14.637	14.683	12.846
Intangível	57	-	-
	14.893	14.809	12.963
Total do Ativo	42.347	42.406	40.454
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores	608	1.467	587
Obrigações sociais e trabalhistas	347	348	206
Obrigações tributárias	1.548	333	246
Obrigações com acionista	23.754	22.933	21.154
Encargos setoriais	181	93	183
Outros passivos circulantes	113	17	163
	26.551	25.191	22.539
Passivo Não Circulante			
Provisão para litígios	-	122	1.346
Encargos setoriais	605	515	463
Tributos diferidos	41	1.428	956
	646	2.065	2.765
Patrimônio Líquido			
Capital social	7.575	7.575	7.575
Reservas de lucros	7.575	7.575	7.575
	15.150	15.150	15.150
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	42.347	42.406	40.454

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

CEB Geração S.A.

Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

		R\$ Mil	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Receita operacional líquida	14	11.679	12.016
Custos operacionais	15	(5.835)	(5.767)
LUCRO BRUTO		5.844	6.249
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(6.538)	(6.318)
Outras receitas (despesas) operacionais		163	1.175
		(6.375)	(5.143)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(531)	1.106
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.796	3.527
Despesas financeiras		(83)	(17)
	17	2.713	3.510
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		2.182	4.616
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	18	(2.751)	(1.120)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		1.388	(474)
		(1.363)	(1.594)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		819	3.022
LUCRO LÍQUIDO DO AÇÃO		0,11	0,40

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

CEB Geração S.A.

Demonstração Regulatória do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	819	3.022
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	819	3.022

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

CEB Geração S.A.

Demonstração Regulatória das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucro (Prejuízo) do exercício	Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	7.575	1.515	6.060	-	15.150
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.022	3.022
Dividendos propostos pela Administração	-	-	-	(588)	(588)
Destinação do Lucro para Obrigações com Acionistas (Nota 9)	-	-	-	(2.434)	(2.434)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado	7.575	1.515	6.060	-	15.150
Lucro líquido do exercício	-	-	-	819	819
Destinação do Lucro para Obrigações com Acionistas (Nota 9)	-	-	-	(819)	(819)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.575	1.515	6.060	-	15.150

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

CEB Geração S.A.

Demonstração Regulatória dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	819	3.022
Ajuste por:		
Baixa de ativo imobilizado	53	-
Depreciação e amortização	753	679
Depreciação - benfeitorias	17	16
Reversão (Provisão) para contingências	(122)	(1.224)
Tributos diferidos	(1.388)	474
	132	2.967
(Aumento) Redução de Ativos		
Concessionárias e permissionárias	(41)	77
Outros ativos circulantes e não circulantes	(140)	52
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(859)	855
Obrigações sociais e trabalhistas	(1)	41
Obrigações tributárias	1.217	92
Encargos setoriais	178	(38)
Outros passivos circulantes	97	(30)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	583	4.016
2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	(817)	(2.516)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(817)	(2.516)
3) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de dividendos	-	(1.240)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(1.240)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(234)	260
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
- Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras no início do exercício	26.513	26.253
- Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras no fim do exercício	26.279	26.513
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(234)	260

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

1 Contexto operacional

A CEB Geração S/A (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei 6.404/76 cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26/12/2000,

Em 12/01/2006 foi formalizada a desverticalização da CEB, de acordo com as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14/09/2005, na qual foi dada autonomia e independência à CEB Geração S/A, que tem por objeto a geração e a comercialização de energia da Usina Hidrelétrica Paranoá – UHE Paranoá, que possui Potência instalada de 30 MW. Para fins de referência operacional, a geração de energia da UHE Paranoá em 2024 atingiu 10,1 MW médios, representando um aumento significativo de 35% em relação a 2023, que registrou 7,5 MW médios.

A Concessão

A concessão de geração de energia elétrica relativa à Usina Hidrelétrica Paranoá passou por diversas alterações ao longo do tempo, de 1969 até os dias atuais, sendo Concessionária de Serviço Público, Produtor Independente de Energia, Prestador de Serviço de Geração de Energia e atualmente Concessionária de Geração de Energia Elétrica. Mais recentemente, a CEB Geração S/A passou por dois marcos relevantes, sendo eles:

- (i) Assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL em 27 dezembro de 2016, na qual passou a ser denominada “Concessionária de Uso de Bem Público” para geração de energia elétrica sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica, para regularização da exploração da Pequena Central Hidrelétrica Paranoá, sendo que este contrato de concessão possuiu um período curto de vigência, com encerramento em 29 de abril de 2020 (aproximadamente 3 anos e meio). Neste período, a Companhia celebrou contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado, possuindo liberdade para definir os seus clientes, o preço e as condições contratuais;
- (ii) Em 24/04/2020, data de encerramento da concessão anterior, foi publicada a Portaria Nº 190 do Ministério de Minas e Energia – MME, que designou a CEB Geração S/A como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, com vistas a garantir a continuidade do serviço, sendo que, neste novo cenário, a CEB Geração S/A deixou de ser Produtor Independente e passou a atuar no mercado de energia com tarifa regulada como gerador de energia elétrica em regime de cotas. Com isso, a Companhia não mais possui a liberdade de celebrar contratos de venda de energia no ACR ou no ACL, possuindo uma remuneração fixa anual definida pela ANEEL como Receita Anual de Geração – RAG, que no momento inicial, foi de R\$9.205 mil (sem incluir impostos sobre a receita). Sendo assim, a Companhia realiza o faturamento mensal da RAG proporcional a cada distribuidora incluída no Sistema Interligado Nacional – SIN, com base nas informações fornecidas pela ANEEL.

Somente em 10 de junho de 2022 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2016-ANEEL, formalizando o que havia sido tratado na referida portaria, e definindo novo prazo para a concessão, de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

Em 18 de julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.225, aprovou o valor da Receita Anual de Geração (RAG) para as usinas hidrelétricas sob regime de cotas, referente ao período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Para a CEB Geração S/A, o valor estabelecido foi de R\$ 11.921 mil, representando uma redução de 3,38% em relação à receita homologada para o ciclo anterior, que foi de R\$ 12.338 mil.

Posteriormente, em 23 de julho de 2024, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.353, determinou o valor da RAG para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. O valor aprovado para a CEB Geração S/A foi de R\$ 11.874 mil, representando uma redução de 0,39% em comparação ao valor homologado no ciclo anterior, de R\$ 11.921 mil.

2 Base de elaboração das informações contábeis regulatórias

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas como parte das obrigações acessórias da Companhia para com o órgão regulador, ANEEL, tendo sido preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio do Despacho nº 1.690, de 28 de junho de 2022. Estas Demonstrações contábeis diferem daquelas preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, envolvendo todos os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Uma conciliação entre as Demonstrações contábeis regulatórias e societárias é apresentada na Nota explicativa nº 20.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 28 de abril de 2025, data esta que também foram avaliados os eventos subsequentes e a Administração concluiu que não ocorreram eventos que pudessem modificar estas Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 ou que requeiram divulgação.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As Demonstrações Contábeis Regulatórias estão apresentadas em milhares de reais (R\$ Mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são reconhecidas prospectivamente.

3 Práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais destes instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

a) Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando necessário. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria compreendiam as seguintes contas: Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias e permissionárias e Outras ativos circulantes.

b) Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia a seguinte conta: Aplicações financeiras.

3.1.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam Fornecedores, Encargos Setoriais e Obrigações com acionistas.

3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das Demonstrações Contábeis Regulatórias, apurados pelo critério *pró-rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

3.3 Concessionárias e Permissionárias

Incluem a geração da energia elétrica faturada, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável.

3.4 Imobilizado

3.4.1 Ativo imobilizado – AIS

a) Bens e Instalações

Os bens e direitos destinados a Administração Central são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro – UC, e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização – ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

b) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os custos históricos registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

c) Valor recuperável

A recuperação econômica dos ativos do imobilizado em serviço é avaliada anualmente ou sempre que houver indícios de perda de valor. A contabilização do ajuste está condicionada à anuência prévia do órgão regulador. Ressalte-se que a provisão poderá ser registrada no ativo até o limite do valor mensurado pelo Valor Novo de Reposição – VNR, sendo o excedente, quando existente, registrado no passivo como contrato oneroso, conforme diretrizes do MCSE.

3.4.2 Ativo imobilizado em curso - AIC

Bens e instalações em formação ou construção.

3.5 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros, e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a.

3.6 Plano previdenciário a empregados

Em 27 de setembro de 2022 foi elaborada a Resolução de Diretoria N° 138 da CEB, que Rerratificou a Resolução de Diretoria n° 128, de 12.09.2022 e autorizou a celebração de Convênio de Adesão entre a Companhia Energética de Brasília - CEB e a Fundação de Previdência Complementar – FUNDIAGUA, com anuência da CAESB, objetivando constituir a CEB como única patrocinadora e representante das empresas do Grupo CEB, no plano de Previdência Complementar da Fundiágua, na modalidade de Contribuição Definida.

Em 18 de outubro de 2022, foi assinado o Convênio de Adesão ao Plano III (Previdência) e do Acordo de Gestão do Programa de Assistência à Saúde, firmado entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a FUNDIAGUA para adesão aos planos de saúde e odontológico.

3.7 Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

3.8 Dividendos

A Companhia registra como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do seu lucro líquido, conforme determina a legislação. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser considerado como obrigação a pagar. Já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas Demonstrações Contábeis Regulatórias após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no Patrimônio Líquido, em conta de dividendo adicional proposto.

A 18ª Assembleia Geral Ordinária aprovou a criação de uma Reserva de Investimento para atender às exigências do Governo e dos órgãos reguladores em relação à prevenção e segurança da Barragem do Paranoá, em conformidade com a Lei nº 12.334/2010 e o Plano de Manutenção e Operação da Usina Hidrelétrica Paranoá. Além disso, a Companhia destina, como Obrigações com Acionistas, todos os lucros que excedam o montante do capital social, aguardando a deliberação da Assembleia Geral quanto à sua destinação.

3.9 Encargos financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pelo Despacho nº 1.690, de 28 de junho de 2022, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

3.10 Tributação

A Companhia adotou em 2024 e em 2023 o Lucro Presumido como base de apuração dos seus tributos sobre as receitas e lucros. A legislação faculta duas formas de apuração da base de cálculo do Lucro presumido, sendo uma a receita apurada por competência e outra a receita efetivamente recebida (base caixa). Na base competência, o tributo é calculado com base nas receitas auferidas, independentemente de terem sido recebidas ou não, sendo que na base caixa, o tributo incide somente sobre os valores efetivamente recebidos pela empresa, ou seja, considera-se apenas o dinheiro que entrou no caixa. A Companhia adotou o Lucro presumido em regime de caixa para apuração dos tributos.

Adicionalmente, as receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00%

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido, considerando alíquotas de presunção do lucro de 8% para Imposto de Renda e 12% para contribuição social.

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. Para a Companhia, estas diferenças são basicamente:

- Diferença entre as receitas reconhecidas societariamente, de acordo com o ICPC 01 (R1) para o valor da RAG anual, que é a receita considerada para fins dos tributos correntes;
- Rendimento de aplicação financeira não realizado;
- Receita de suprimento de energia (RAG) faturada e não recebida (diferença entre caixa x competência).

As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa/receitas de PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social diferidos. Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

3.11 Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

As novas normas foram as seguintes:

- Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As mudanças esclarecem que a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes depende dos direitos existentes no final do período de relatório e não das expectativas sobre o adiamento da liquidação.
- Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias – Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações detalham que apenas covenants cumpridos até o final do período de relatório afetam a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes.
- Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”: Foram introduzidas novas exigências para a mensuração subsequente de transações de "sale and leaseback", com foco na manutenção do reconhecimento do direito de uso e passivo de arrendamento.

Como parte do compromisso do CFC – Conselho Federal de Contabilidade em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia no futuro. As normas publicas pelo IASB e ainda não adotadas no Brasil são as seguintes:

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis Regulatórias: Substitui a IAS 1, trazendo novas exigências de apresentação de categorias e subtotais na demonstração de resultados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração. A norma entra em vigor em 2027.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Permite que subsidiárias elegíveis façam divulgações reduzidas, desde que não tenham responsabilidade pública e que a controladora prepare Demonstrações Contábeis Regulatórias consolidadas conforme IFRS. A norma será aplicada a partir de 2027.

Além destes assuntos, também houve a publicação da Orientação Técnica OCPC 10 que trata da contabilização de créditos de carbono e outros instrumentos relacionados.

Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das Demonstrações Contábeis Regulatórias, a Companhia ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Mesmo assim, a Administração da Companhia espera que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias no futuro.

3.12 Reapresentação dos valores correspondentes

Em 2024, a Administração da Companhia verificou a necessidade de ajuste e reclassificação de suas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2023, envolvendo o seguinte assunto:

- O saldo da sua Reserva de Lucros foi ajustado para ficar aderente ao limite de constituição permitido pela Lei 6.404/76, cujo teto de referência é o montante do capital social. Sendo assim, o excedente existente anteriormente alocado nesta rubrica foi transferido para o passivo, como uma obrigação ao acionista, já que caberá a ele a destinação destes lucros, seja para aumento de capital ou para distribuição de dividendos.
- Reclassificações entre linhas de itens das Demonstrações regulatórias do Resultado do exercício e dos fluxos de caixa, sem afetar o seu resultado final.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Com base nas orientações emanadas pela NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

a) Balanco Patrimonial

	R\$ Mil			R\$ Mil		
	31/12/2023			01/01/2023		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
ATIVO	42.406	-	42.406	40.454	-	40.454
PASSIVO						
Passivo Circulante						
Fornecedores	1.467	-	1.467	587	-	587
Obrigações sociais e trabalhistas	348	-	348	206	-	206
Obrigações tributárias	333	-	333	246	-	246
Obrigações com acionista	588	22.345	22.933	1.242	19.912	21.154
Encargos setoriais	93	-	93	183	-	183
Outros passivos circulantes	17	-	17	163	-	163
	2.846	22.345	25.191	2.627	19.912	22.539
Passivo Não Circulante	2.065	-	2.065	2.765	-	2.765
Patrimônio Líquido						
Capital social	7.575	-	7.575	7.575	-	7.575
Reservas de lucros	29.920	(22.345)	7.575	27.487	(19.912)	7.575
	37.495	(22.345)	15.150	35.062	(19.912)	15.150
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	42.406	-	42.406	40.454	-	40.454

b) Demonstração do resultado exercício

	R\$ Mil		
	31/12/2023		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	12.016	-	12.016
Custos operacionais	(4.649)	(1.118)	(5.767)
LUCRO BRUTO	7.367	(1.118)	6.249
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(6.268)	(50)	(6.318)
Outras receitas (despesas) operacionais	7	1.168	1.175
	(6.261)	1.118	(5.143)
LUCROANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.106	-	1.106
Resultado financeiro	3.510	-	3.510
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	4.616	-	4.616
IR e CS - Corrente	(1.120)	-	(1.120)
IR e CS - Diferidos	(474)	-	(474)
	(1.594)	-	(1.594)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.022	-	3.022
LUCRO LÍQUIDO DO AÇÃO	0,40	-	0,40

c) Demonstração dos fluxos de caixa

	R\$ Mil		
	31/12/2023		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	3.022	-	3.022
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	696	(1)	695
Reversão (Provisão) para contingências	(1.224)	-	(1.224)
Tributos diferidos	472	2	474
	2.966	1	2.967
(Aumento) Redução de Ativos			
Concessionárias e permissionárias	77	-	77
Outros ativos circulantes e não circulantes	51	1	52
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	866	(11)	855
Obrigações sociais e trabalhistas	40	1	41
Obrigações tributárias	86	6	92
Encargos setoriais	(37)	(1)	(38)
Outros passivos circulantes	(30)	-	(30)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	4.019	(3)	4.016
2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de ativo imobilizado	(2.516)	-	(2.516)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.516)	-	(2.516)
3) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de dividendos	(1.243)	3	(1.240)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.243)	3	(1.240)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	260	-	260
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
- Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras no início do exercício	26.253	-	26.253
- Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras no fim do exercício	26.513	-	26.513
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	260	-	260

4 Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	R\$ Mil		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa rotativo	3	2	-
Depósito Bancário	10	3	1
	13	5	1
Aplicações financeiras			
Certificado de Depósitos Bancários	26.266	26.508	26.252
	26.266	26.508	26.252
	26.279	26.513	26.253

CEB Geração S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em Certificado de Depósito Bancário – CDB de curto prazo. Vale ressaltar que após negociações entre o grupo CEB e Banco BRB em 31/12/2024 e 31/12/2023 foram obtidas rentabilidades de 102% do CDI. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitos a baixo risco na mudança de valor.

5 Concessionárias e permissionárias

	R\$ Mil		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Suprimento de Energia	1.118	1.073	1.149
Energia de Curto Prazo	6	10	11
	1.124	1.083	1.160

O valor a receber de Suprimento de Energia refere-se à estimativa da RAG mensal, proporcional ao último mês de referência, a ser paga pelas distribuidoras vinculadas ao SIN. Em 31 de dezembro de 2024, havia 87 distribuidoras. O valor é apurado de forma estimada, uma vez que a Companhia finaliza seu balancete mensal antes da divulgação oficial da ANEEL sobre a RAG proporcional do mês. Qualquer diferença entre o valor estimado e o valor definitivo é ajustada no mês subsequente. Historicamente, a estimativa adotada pela Administração tem se mostrado coerente com os valores efetivamente realizados.

Conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Contas a Receber e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Ao final de cada período de reporte nenhuma provisão de perda foi constituída em função da liquidação da integralidade dos valores a receber no mês subsequente.

6 Imobilizado e Intangível

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015.

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto pelos seguintes valores:

CEB Geração S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	R\$ Mil				Taxa de Depreciação / Amortização a.a.
	31/12/2024		31/12/2023		
	Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Imobilizado em serviço					
Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.730	(2.016)	4.714	4.865	2% - 3,13%
Edificações, Obras civis e Benfeitorias	4.646	(3.470)	1.176	1.278	2% - 4%
Máquinas e Equipamentos	12.867	(5.678)	7.189	7.495	2,5% - 6,67%
Veículos	7	(7)	-	-	14,29%
Móveis e Utensílios	37	(31)	6	9	6,25%
	24.287	(11.202)	13.085	13.647	
Imobilizado em curso					
Máquinas e Equipamentos	18	-	18	57	
Desenvolvimento de Projetos	1.259	-	1.259	604	
	1.277	-	1.277	661	
Sistema De Transmissão De Conexão					
Máquinas e Equipamentos	422	(328)	94	158	2,86% - 4%
	422	(328)	94	158	
Imobilizado em serviço - Administração					
Máquinas e Equipamentos	225	(136)	89	111	6,25% - 16,67%
Móveis e Utensílios	132	(40)	92	106	0
	357	(176)	181	217	
Total do imobilizado	26.343	(11.706)	14.637	14.683	
Intangível em serviço					
Uso do Bem Público	1.224	(1.224)	-	-	
Software	30	(5)	25	-	20%
	1.254	(1.229)	25	-	
Intangível em curso					
Software	11	-	11	-	
Outros	21	-	21	-	
	32	-	32	-	
Intangível em serviço - Administração					
Software	234	(234)	-	-	
	234	(234)	-	-	
Total do Intangível	1.520	(1.463)	57	-	

CEB Geração S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação do imobilizado e intangível para os anos de 2023 e 2024 é como segue:

- 2024

	Valor Original Contábil				Depreciação / amortização Acumulada				R\$ Mil	
	31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
	Adições	Baixas	Tranf.		Deprec. / Amortiz.	Baixas				
IMOBILIZADO										
Imobilizado em serviço										
Reservatórios, Barragens e Auditorias	6.730	-	-	6.730	(1.865)	-	(2.016)	4.714	4.865	
Edificações, Obras civis e Benefetórias	4.646	-	-	4.646	(3.368)	-	(3.470)	1.176	1.278	
Máquinas e Equipamentos	12.743	(15)	139	12.867	(5.248)	13	(5.679)	7.188	7.495	
Veículos	7	-	-	7	(7)	-	(7)	-	-	
Móveis e Utensílios	41	(4)	-	37	(32)	3	(30)	7	9	
	24.167	(19)	139	24.287	(10.520)	16	(11.202)	13.085	13.647	
Imobilizado em curso										
Máquinas e Equipamentos	57	100	(139)	18	-	-	-	18	57	
Desenvolvimento de Projetos	604	655	-	1.259	-	-	-	1.259	604	
	661	755	(139)	1.277	-	-	-	1.277	661	
Sistema De Transmissão De Conexão										
Máquinas e Equipamentos	564	(142)	-	422	(406)	97	(328)	94	158	
	564	(142)	-	422	(406)	97	(328)	94	158	
Imobilizado em serviço - Administração										
Máquinas e Equipamentos	226	-	(1)	225	(115)	1	(136)	89	111	
Móveis e Utensílios	150	(18)	-	132	(44)	13	(40)	92	106	
	376	(19)	-	357	(159)	14	(176)	181	217	
TOTAL IMOBILIZADO	25.768	755	(180)	26.343	(11.085)	127	(11.706)	14.637	14.683	
INTANGÍVEL										
Intangível em serviço										
Uso do Bem Público	1.224	-	-	1,224	(1,224)	-	(1,224)	-	-	
Software	-	-	30	30	-	-	(5)	25	-	
	1,224	-	30	1,254	(1,224)	-	(1,229)	25	-	
Intangível em curso										
Software	-	41	(30)	11	-	-	-	11	-	
Outros	-	21	-	21	-	-	-	21	-	
	-	62	(30)	32	-	-	-	32	-	
Intangível em serviço - Administração										
Software	234	-	-	234	(234)	-	(234)	-	-	
	234	-	-	234	(234)	-	(234)	-	-	
TOTAL INTANGÍVEL	1.458	62	30	1.509	(1.458)	-	(1.463)	57	-	

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
Em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)**

• 2023

	Valor Original Contábil				Depreciação / amortização Acumulada				R\$ Mil	
	Baixas		Transf.	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023		Valor	Valor
	Adições	Baixas			31/12/2022	Deprec. / Amortiz.	Baixas	31/12/2023	Líquido em 31/12/2022	Líquido em 31/12/2023
IMOBILIZADO										
Imobilizado em serviço										
Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.712	-	18	6.730	(1.714)	(151)	-	(1.865)	4.865	4.998
Edificações, Obras civis e Beneficóreas	4.646	-	-	4.646	(3.266)	(102)	-	(3.368)	1.278	1.380
Máquinas e Equipamentos	10.494	-	2.249	12.743	(4.872)	(376)	-	(5.248)	7.495	5.622
Veículos	7	-	-	7	(7)	-	-	(7)	-	-
Móveis e Utensílios	41	-	-	41	(31)	(1)	-	(32)	9	10
	21.900	-	2.267	24.167	(9.890)	(630)	-	(10.520)	13.647	12.010
Imobilizado em curso										
Máquinas e Equipamentos	471	1.853	(2.267)	57	-	-	-	-	57	471
Desenvolvimento de Projetos	-	604	-	604	-	-	-	-	604	-
	471	2.457	(2.267)	661	-	-	-	-	661	471
Sistema De Transmissão De Conexão										
Máquinas e Equipamentos	564	-	-	564	(386)	(20)	-	(406)	158	178
	564	-	-	564	(386)	(20)	-	(406)	158	178
Imobilizado em serviço - Administração										
Máquinas e Equipamentos	176	50	-	226	(95)	(20)	-	(115)	111	81
Móveis e Utensílios	141	9	-	150	(35)	(9)	-	(44)	106	106
	317	59	-	376	(130)	(29)	-	(159)	217	187
TOTAL IMOBILIZADO	23.252	-	-	25.768	(10.406)	(679)	-	(11.085)	14.683	12.846
INTANGÍVEL										
Intangível em serviço										
Uso do Bem Público	1.224	-	-	1,224	(1,224)	-	-	(1,224)	-	-
Software	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1,224	-	-	1,224	(1,224)	-	-	(1,224)	-	-
Intangível em curso										
Software	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível em serviço - Administração										
Software	234	-	-	234	(234)	-	-	(234)	-	-
	234	-	-	234	(234)	-	-	(234)	-	-
TOTAL INTANGÍVEL	1,458	-	-	1,458	(1,458)	-	-	(1,458)	-	-

CEB Geração S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

7 Fornecedores

	R\$ Mil		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Encargos de Uso da Rede Elétrica	100	117	55
Materiais e Serviços	508	1.350	532
	608	1.467	587

8 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	R\$ Mil		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Obrigações sociais e trabalhistas			
Salários a pagar	76	88	-
Provisão de férias	101	99	89
FGTS	25	19	14
INSS	55	57	47
IRRF	62	47	35
Outros	28	38	21
	347	348	206
Obrigações tributárias			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	1.029	109	88
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	433	80	69
PIS	7	7	7
COFINS	32	31	32
INSS Pessoa Jurídica	13	27	6
IR/ CSLL/ PIS/ COFINS retidos	27	71	30
ICMS	-	-	11
ISS	7	8	3
	1.548	333	246

- a) Imposto de Renda e Contribuição Social: Conforme mencionado na Nota explicativa nº 18, a Companhia irá efetuar a mudança do regime de tributação de lucro Presumido, adotado até 2024, para lucro Real a partir de 2025. Consequentemente, houve aumento significativo no valor do Imposto de Renda e da Contribuição Social a recolher ao final de 2024, como resultado da inclusão na base de cálculo de receitas que, até então eram tributadas em regime caixa, com a constituição de tributos diferidos, que passaram a ser exigíveis para 31/12/2024. Conforme o art. 223-A da Instrução Normativa RFB 1.700/2017, a empresa que optar pela mudança no regime de tributação, deverá tributar as receitas auferidas e ainda não recebidas no período de apuração anterior à mudança, no caso da CEB Geração havia receitas diferidas de Aplicações Financeiras e a provisão da receita não faturada. Essa adição na base de cálculo dos tributos aumentou em R\$861 o Imposto de Renda e R\$314 a Contribuição Social a recolher, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 18.

9 Obrigações com acionistas

A 18ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 25/04/2019 deliberou sobre a alocação dos lucros obtidos para uma reserva de retenção de lucros destinada a investimentos, conforme estipulado no art. 196 da Lei 6.404/76. Isso ocorreu levando em consideração a necessidade de investimento na UHE Paranoá em um plano de modernização. No entanto, o art. 199 da mesma lei estabelece um limite para o valor das reservas de lucros, que não pode exceder o montante do capital social. Qualquer valor excedente está sujeito a deliberação pela Assembleia quanto à sua destinação, seja para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

Dessa forma, visto que não houve deliberação em Assembleia sobre esse assunto, a Administração adotou a política de alocar todo o lucro excedente ao limite estabelecido pelo art. 199 da Lei 6.404/76 como obrigação da Companhia para com seu acionista e registrar esse valor no passivo. A decisão da distribuição do dividendo será deliberada em

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**Em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais)**

futura assembleia de acionista.

Sendo assim, o valor de R\$23.754 mil em 31/12/2024 (R\$22.933 mil – 31/12/2023) refere-se o montante de lucros excedentes ao limite estabelecido pela legislação societária que foram transferidos para o Passivo da Companhia, devido a impossibilidade de sua manutenção no Patrimônio líquido. Importante mencionar que as deliberações sobre distribuição de lucros é feita pela Assembleia Geral com base nos saldos societários e não com base nos saldos regulatórios.

10 Encargos setoriais

		R\$ Mil		
		31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Pesquisa e Desenvolvimento	(a)			
Recursos em poder da empresa		605	515	463
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		7	8	8
Ministério das Minas e Energia - MME		4	4	4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2	2	2
		618	529	477
Outros encargos setoriais				
Taxa de Fiscalização ANEEL		4	4	4
Compensação financeira utilização recursos hídricos		164	75	165
		168	79	169
		786	608	646
Segregado em:				
Passivo circulante		181	93	183
Passivo não circulante		605	515	463
		786	608	646

a) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional após dedução do PIS, da COFINS, da Taxa de Fiscalização da ANEEL e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Do montante apurado, ocorre a seguinte destinação:

- 40% são recolhidos ao Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT;
- 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME;
- 12% são repassados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), nos termos da Lei 14.120 de 1º de março de 2021, sendo que este repasse irá permanecer até dezembro/2025; e
- 28% são retidos pela Companhia para serem investidos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL conforme Resolução nº 754 de 13 de dezembro de 2016, sendo que os montantes retidos e não investidos são atualizados por SELIC.

A rubrica de Recursos em poder da Companhia encontra-se com o saldo de R\$605 mil em 31/12/2024, devendo ser aplicado em projetos de pesquisa, regulamentados e aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Considerando que a Companhia não possui nenhum projeto atualmente em andamento, o valor de Recursos próprios foi classificado no Passivo não circulante, considerando a expectativa de liquidação desta obrigação em período superior a 12 (doze) meses. Os demais saldos são obrigações correntes e foram liquidados em janeiro/2025.

CEB Geração S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

11 Provisão para contingências

A Companhia possui apenas um processo judicial, de natureza ambiental, movido pela União Federal, envolvendo o valor em risco de R\$100 mil, com prognóstico de perda possível, motivo pelo qual não reconhecida provisão para perdas. Adicionalmente, em 2024 houve o encerramento de processos trabalhistas envolvendo a Companhia. As provisões para as perdas decorrentes das ações judiciais são estimadas e atualizadas pela Administração com o auxílio de consultores legais.

12 Tributos diferidos

A Companhia reconhece tributos diferidos sobre as diferenças temporárias entre as receitas societárias e aquelas apuradas para fins fiscais. A apuração dos tributos diferidos em cada data-base está apresentada a seguir:

						R\$ Mil
						31/12/2024
Base de cálculo	IR 2,00%	CSLL 1,08%	PIS 0,65%	COFINS 3%	Total	
Diferença temporária						
Receita faturada não recebida (a)	1.118	-	-	7	34	41
Subtotal	1.118	-	-	7	34	41
TOTAL	-	-	7	34	41	

						R\$ Mil
						31/12/2023
Base de cálculo	IR 2,00%	CSLL 1,08%	PIS 0,65%	COFINS 3%	Total	
Diferença temporária						
Receita faturada não recebida	1.073	21	12	7	32	72
Subtotal	1.073	21	12	7	32	72
Diferença temporária		IR	CSLL			
		25%	9%			
Receita financeira não resgatada	3.986	997	359			1.356
Subtotal	3.986	997	359			1.356
TOTAL	1.018	371	7	32	1.428	

- a) Diferença Temporária: Após a Administração da Companhia optar pela mudança do regime de tributação a partir de 2025 (vide nota explicativa nº 18), os tributos relacionados às receitas diferidas foram integralmente apurados no exercício atual. Quanto ao PIS e a COFINS, referentes à receita faturada mas ainda não recebida, permanecem provisionados, pois serão pagos no momento da emissão da nota fiscal no mês subsequente.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social subscrito da Companhia está dividido em 7.575.212 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

13.2 Reservas de lucros

- a) Reserva legal: A constituição da reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, apurada com base no art.193 da Lei 6.404/76.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

- b) Reserva de retenção de lucros para Investimentos: A reserva foi estabelecida por deliberação ocorrida na 18ª Assembleia Geral Ordinária, em 25/04/2019, tendo como base o artigo 196 da Lei 6.404/76. Seu valor foi limitado a R\$6.060 mil, considerando que a soma das reservas de lucro, incluindo reserva legal e reserva de retenção de lucros para investimentos, não poderia ultrapassar o montante do capital social, que é de R\$7.575 mil.

Esta reserva foi criada com base no plano de modernização da usina, que atualmente tem investimentos previstos de R\$34 milhões, conforme apresentado no Plano de Negócios 2024/2028 aprovado pela Assembleia Geral em 28 de dezembro de 2023. Tais investimentos são indispensáveis dadas as condições atuais dos equipamentos e estruturas da Usina Hidrelétrica Paranoá, que datam do início da década de 1960 e estão altamente depreciados, com vida útil comprometida, obsolescência tecnológica e risco operacional. Além disso, há a responsabilidade decorrente da Prorrogação da Concessão, que exige investimentos obrigatórios. A Administração da Companhia está avaliando a possibilidade de converter a reserva de retenção de lucros para investimentos em capital, bem como parte de sua obrigação para com os acionistas apresentada no Passivo Circulante.

14 Receita líquida

	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operações com energia elétrica		
Suprimento - COTAS	12.885	13.057
Energia Elétrica de Curto Prazo	6	15
	12.891	13.072
(-) Tributos sobre a Receita		
(-) PIS	(84)	(85)
(-) COFINS	(385)	(392)
(-) COFINS diferido	(1)	-
	(470)	(477)
(-) Encargos do consumidor		
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(116)	(121)
(-) CMPFRH	(583)	(413)
(-) Taxa de fiscalização - ANEEL	(43)	(45)
	(742)	(579)
	11.679	12.016

15 Custos operacionais

	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de Terceiros - O&M	2.144	2.116
Encargos de transmissão, conexão e distribuição (a)	1.204	986
Serviços de Terceiros - Vigilância	406	338
Serviços de Terceiros - Conservação e Limpeza	355	445
Serviços de Terceiros - Outros	949	1.085
Depreciação	723	649
Outros custos operacionais	53	136
Energia elétrica comprada	1	12
	5.835	5.767

- a) Encargos de transmissão, conexão e distribuição: O principal custo operacional é o encargo de transmissão, por ser assegurado à CEB Geração S/A o acesso de suas instalações ao Sistema de Distribuição, de acordo com o art. 15, § 6º da Lei nº 9.074/95. A Companhia mantém contrato junto a Neoenergia, o valor de

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**Em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais)**

R\$ 1.204 mil até dezembro de 2024 (R\$ 986 mil – dezembro de 2023), sendo que a majoração deste custo em 2024 decorreu de ajuste operacional do contrato, em atendimento a regulação da ANEEL.

16 Despesas gerais e operacionais

		R\$ Mil	
		31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(a)	3.213	3.937
Administradores	(b)	2.618	1.762
Serviços de Terceiros		260	446
Outras despesas gerais e administrativas		505	250
(-) Recuperação de Despesas		(58)	(77)
		6.538	6.318

- a) Pessoal: Representam os custos com pessoal, incluindo encargos e benefícios, como assistência médica, previdência privada, ticket alimentação, dentre outros.
- b) Administradores: Representam os custos com honorários e encargos da Administração, aprovados na 21ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 25/04/2022. O aumento em 2024 refere-se à criação, pela Assembleia Geral da CEB Geração S/A, de duas Diretorias, a Diretoria de Gestão Predial de Barragem e a Diretoria Administrativo Financeira, esta última, sem impacto econômico-financeiro para a Companhia, uma vez que é estatutariamente acumulada pelo Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia Energética de Brasília - CEB.

17 Resultado financeiro

	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	2.772	3.460
Descontos Financeiros Obtidos	13	17
Atualização - Mercado de Curto Prazo	11	50
	2.796	3.527
Despesas Financeiras		
Atualização Monetária	(82)	(16)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
	(83)	(17)
	2.713	3.510

18 Imposto de renda e Contribuição social

Até o ano de 2024 a Companhia adotou o regime de tributação pelo Lucro Presumido por base do regime caixa. As receitas consideradas para fins de apuração dos tributos correntes são aquelas efetivamente recebidas pela Companhia, envolvendo tanto a RAG como as receitas financeiras. Para o exercício de 2025 a Administração optou pela mudança do regime de tributação para o Lucro Real, visando otimizar a carga tributária da empresa, de acordo com sua realidade operacional e financeira, contando com um planejamento tributário mais eficiente.

A transição para o regime de Lucro Real implica em uma nova forma de apuração da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como do PIS e da COFINS. Diferentemente do Lucro Presumido, onde a tributação é calculada sobre uma receita presumida, o Lucro Real leva em consideração as receitas e despesas efetivas da empresa, incluindo custos operacionais, despesas financeiras e outros encargos, o que pode gerar uma tributação mais ajustada à realidade financeira da empresa. Para o PIS e COFINS, as alíquotas a

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

serem adotadas serão de 9,25%, ante 3,65% do Lucro presumido, sendo que a Companhia irá tomar créditos sobre os seus insumos operacionais (custos, prestação de serviço, depreciação, dentre outros).

Com a mudança para o regime de competência no ano seguinte, para fins tributários, conforme art. 223-A da Instrução Normativa RFB nº 1700/2017 a Companhia tributou as receitas financeiras auferidas e não tributadas e a provisão da RAG no exercício anterior ao da mudança, ou seja, em dezembro de 2024, receitas que só seriam tributadas quando da sua transformação em Caixa. Ao reconhecer essas receitas na base de cálculo dos tributos, houve uma consequentemente majoração tributária com impacto significativo na sua apuração, em especial no diz respeito ao valor da receita financeira, considerando o alto valor aplicado pela Companhia, sendo que as receitas auferidas não tributadas anteriormente totalizavam de R\$3.353 mil.

a) Imposto de Renda e Contribuição social - Correntes

	R\$ Mil					
	Imposto de renda e Contribuição social - Correntes					
	31/12/2024			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receitas de suprimento de Energia	12.848	12.848		13.144	13.144	
Efeito da mudança do regime de tributação - Provisão de Cotas	1.118	1.118				
Presunção (%)	8%	12%		8%	12%	
Lucro presumido	1.117	1.676		1.052	1.577	
Outras receitas	138	138		117	117	
Rendimentos financeiros tributados	3.405	3.405		2.058	2.058	
Efeito da mudança do regime de tributação - Rendimentos financeiros	3.353	3.353				
Base de cálculo	8.013	8.572		3.227	3.752	
Imposto de renda (15%)	(1.202)	-		(484)	-	
Adicional do imposto de renda (10%)	(778)	-		(298)	-	
Contribuição social (9%)	-	(771)		-	(338)	
Total dos tributos correntes	(1.980)	(771)	(2.751)	(782)	(338)	(1.120)

b) Imposto de Renda e Contribuição social - Diferidos

	R\$ Mil					
	Imposto de renda e Contribuição social - Diferidos					
	31/12/2024			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Reversão Receita não faturada	1.118	1.118		1.038	1.038	
Receita não faturada e não recebida	-	-		(1.073)	(1.073)	
Total Diferenças temporárias do período	1.118	1.118		(35)	(35)	
Presunção (%)	8%	12%		8%	12%	
Lucro presumido	89	134		(3)	(4)	
Rendimentos aplicações financeiras	633	633		(1.402)	(1.402)	
Efeito da mudança do regime de tributação - Rendimentos financeiros	3.353	3.353				
Base de cálculo	4.075	4.120		(1.405)	(1.406)	
Imposto de renda (15%)	611	-		(211)	-	
Adicional do imposto de renda (10%)	406	-		(136)	-	
Contribuição social (9%)	-	371		-	(127)	
Total dos tributos diferidos	1.017	371	1.388	(347)	(127)	(474)

19 Transações com Partes relacionadas

A Companhia não possui transações com partes relacionadas de forma relevante, sendo basicamente valores referentes a cessão de pessoal de outra empresa do mesmo grupo econômico ou reembolso de despesas comuns. Os valores envolvendo no resultado do exercício e no passivo ao final de cada período é assim apresentado:

		R\$ Mil			
		31/12/2024		31/12/2023	
		Passivo	Despesa	Passivo	Despesa
Pessoal requisitado - CEB IPES	(a)	76	(1.070)	89	(1.251)
Aluguel - CEB Holding		-	-	-	(8)
Outros reembolsos - CEB Holding	(b)	235	(236)	14	(77)
		311	(1.306)	103	(1.336)

CEB Geração S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

- a) Pessoal requisitado – CEB IPES: Decorre de pessoal requisitado da CEB Holding, a partir de 01 de julho de 2023, e da CEB Iluminação Pública e Serviços S/A – CEB IPES, do período de 01 de março de 2021 a 30 de setembro de 2023. O resultado de suas operações está de acordo com as condições normais e valoração de mercado.
- b) Outros reembolsos – CEB Holding: Referem-se a reembolsos de plano de saúde, previdência privada, serviços de limpeza, vigilância e energia elétrica, conforme critério de compartilhamento com a Companhia Energética de Brasília, nos termos do Decreto nº 37.967/17, do Estatuto Social e da Resolução de Diretoria N° 044, de 26/12/2019.

20 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a legislação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, assim como a conciliação do balanço patrimonial, DRE, patrimônio líquido e lucro líquido.

a) Conciliação do Balanço Patrimonial regulatório e societário

ATIVO	Nota	31/12/2024			31/12/2023			R\$ Mil
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Ativo Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa		13	-	13	5	-	5	
Aplicações financeiras		26.266	-	26.266	26.508	-	26.508	
Concessionárias e permissionárias		1.124	-	1.124	1.083	(10)	1.073	
Ativo de contrato	20.1	-	2.849	2.849	-	2.877	2.877	
Outros ativos circulantes		51	-	51	1	-	1	
		<u>27.454</u>	<u>2.849</u>	<u>30.303</u>	<u>27.597</u>	<u>2.867</u>	<u>30.464</u>	
Ativo Não Circulante								
Depósitos judiciais e cauções		174	-	174	84	-	84	
Ativo de contrato	20.1	-	3.233	3.233	-	4.719	4.719	
Bens e atividades não vinculadas		25	-	25	42	-	42	
Imobilizado	20.2	14.637	(14.456)	181	14.683	(14.466)	217	
Intangível	20.2	57	(57)	-	-	-	-	
		<u>14.893</u>	<u>(11.280)</u>	<u>3.613</u>	<u>14.809</u>	<u>(9.747)</u>	<u>5.062</u>	
Total do Ativo		<u>42.347</u>	<u>(8.431)</u>	<u>33.916</u>	<u>42.406</u>	<u>(6.880)</u>	<u>35.526</u>	
PASSIVO								
Passivo Circulante								
Fornecedores		608	-	608	1.467	-	1.467	
Obrigações sociais e trabalhistas		347	-	347	348	-	348	
Tributos a pagar		1.548	-	1.548	333	-	333	
Obrigações com acionista		23.754	(8.212)	15.542	22.933	(7.391)	15.542	
Encargos setoriais		181	-	181	93	-	93	
Outros passivos circulantes		113	-	113	17	-	17	
		<u>26.551</u>	<u>(8.212)</u>	<u>18.339</u>	<u>25.191</u>	<u>(7.391)</u>	<u>17.800</u>	
Passivo Não Circulante								
Provisão para litígios		-	-	-	122	-	122	
Encargos setoriais		605	-	605	515	-	515	
Tributos diferidos	20.3	41	410	451	1.428	511	1.939	
		<u>646</u>	<u>410</u>	<u>1.056</u>	<u>2.065</u>	<u>511</u>	<u>2.576</u>	
Patrimônio Líquido								
Capital social		7.575	-	7.575	7.575	-	7.575	
Reservas de lucros		7.575	(629)	6.946	7.575	-	7.575	
		<u>15.150</u>	<u>(629)</u>	<u>14.521</u>	<u>15.150</u>	<u>-</u>	<u>15.150</u>	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>42.347</u>	<u>(8.431)</u>	<u>33.916</u>	<u>42.406</u>	<u>(6.880)</u>	<u>35.526</u>	

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

b) Conciliação da Demonstração do Resultado regulatória e societária

	31/12/2024			31/12/2023			R\$ Mil
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Receita de operações com energia elétrica							
Serviço de Construção ou de Melhoria	-	925	925	-	2.958	2.958	
Receita Financeira do Contrato	-	280	280	-	313	313	
Serviços de Operação e Manutenção	-	10.004	10.004	-	10.099	10.099	
Outras receitas	7	-	7	14	-	14	
Receita Anual de Geração - RAG	12.884	(12.884)	-	13.057	(13.057)	-	
	12.891	(1.675)	11.216	13.071	313	13.384	
(-) Tributos sobre a Receita	(470)	61	(409)	(477)	(12)	(489)	
(-) Encargos do consumidor	(742)	-	(742)	(579)	-	(579)	
Receita operacional líquida	11.679	(1.614)	10.065	12.015	301	12.316	
Custo de construção	-	(769)	(769)	-	(2.457)	(2.457)	
Custos operacionais	(5.835)	723	(5.112)	(5.767)	648	(5.119)	
	(5.835)	(46)	(5.881)	(5.767)	(1.809)	(7.576)	
Lucro operacional bruto	5.844	(1.660)	4.184	6.248	(1.508)	4.740	
Despesas gerais e administrativas	(6.538)	-	(6.538)	(6.318)	2	(6.316)	
Outras receitas (despesas) operacionais	163	-	163	1.175	-	1.175	
Ganho ou Perda pela Revisão Tarifária Anual - RTA	-	165	165	-	(992)	(992)	
	(6.375)	165	(6.210)	(5.143)	(990)	(6.133)	
Resultado antes do resultado financeiro	(531)	(1.495)	(2.026)	1.105	(2.498)	(1.393)	
Resultado financeiro	2.713	-	2.713	3.510	-	3.510	
Resultado antes dos tributos	2.182	(1.495)	687	4.615	(2.498)	2.117	
Imposto de renda e contribuição social							
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(2.751)	-	(2.751)	(1.120)	-	(1.120)	
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	1.388	47	1.435	(474)	19	(455)	
	(1.363)	47	(1.316)	(1.594)	19	(1.575)	
Lucro líquido do exercício	819	(1.448)	(629)	3.021	(2.479)	542	
Lucro básico por ação	0,11	(0,19)	(0,08)	0,40	(0,33)	0,07	

c) Conciliação do Patrimônio Líquido regulatório e societário

	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido - Societário	14.521	15.105
Efeito dos ajustes referentes a exercícios anteriores	(819)	(2.435)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	1.448	2.480
Resultado	1.448	2.480
Receita financeira de contrato (ICPC 01 e CPC 47)	(280)	(313)
Receita de operação e manutenção do contrato (ICPC 01 e CPC 47)	(10.004)	(10.099)
Receita de construção do contrato (ICPC 01 e CPC 47)	(925)	(2.958)
RAG	12.884	13.057
PIS/COFINS diferidos	(61)	1
Custo de construção do contrato (ICPC 01 e CPC 47)	769	2.457
Depreciação e amortização (diferenças de práticas contábeis)	(723)	(650)
Tributos sobre o lucro (diferenças de práticas contábeis)	(46)	(19)
Outros	(166)	1.004
PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO	15.150	15.150

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

d) Conciliação do Lucro Líquido regulatório e societário

	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido - Societário	(629)	542
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	1.448	2.480
Receita financeira de contrato (ICPC 01 e CPC 47)	(280)	(313)
Receita de operação e manutenção do contrato (ICPC 01 e CPC 47)	(10.004)	(10.099)
Receita de construção do contrato (ICPC 01 e CPC 47)	(925)	(2.958)
RAG	12.884	13.057
PIS/COFINS diferidos	(61)	1
Custo de construção do contrato (ICPC 01 e CPC 47)	769	2.457
Depreciação e amortização (diferenças de práticas contábeis)	(723)	(650)
Tributos sobre o lucro (diferenças de práticas contábeis)	(46)	(19)
Outros (diferenças de práticas contábeis)	(166)	1.004
LUCRO LÍQUIDO REGULATÓRIO	819	3.022

20.1 Ativo de contrato

O ajuste decorre pela escrituração na demonstração contábil societária da expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas previstas no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, ICPC 01 – Contratos de Concessão e OCPC 05 – Contratos de Concessão. Para fins da demonstração contábil regulatória, essa política não é adotada e por essa razão está apresentado o ajustes de conciliação entre os saldos contábeis societários e regulatórios.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação das normas acima, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo.

Dessa forma, a receita regulatória é reconhecida pela Receita Anual de Geração (RAG). Já as receitas societárias são as seguintes:

a) Receita de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura: reconhecida conforme gastos incorridos (custo de construção), uma vez que satisfaz as obrigações de desempenho ao longo do tempo. A receita/custo de construção não é reconhecida na contabilidade regulatória;

b) Remuneração dos ativos de contrato da concessão: juros lineares proporcionais auferidos até a data das Demonstrações Contábeis Regulatórias. O ativo de contrato da concessão é ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é determinada por contrato de concessão, sendo individualizada por projetos. Quando a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxa de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Dessa forma, a receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**Em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de Reais)**

que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro ao valor contábil inicial deste ativo. A receita financeira não é reconhecida na contabilidade regulatória;

c) Receita de serviços de operação e manutenção: faturamento mensal conforme contraprestação dos serviços. Refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. A receita de operação e manutenção não é reconhecida na contabilidade regulatória.

20.2 Imobilizado e depreciação

O ajuste decorre da depreciação não ter efeito no resultado societário, visto que para os contratos de concessão qualificados para aplicação das normas citadas, a infraestrutura implementada, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação de serviços em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

20.3 Tributos diferidos

O ajuste decorre do cálculo dos tributos (IRPJ-CSLL-PIS-COFINS) seguirem a contabilidade societária. Assim, os tributos sobre o lucro são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

O diferimento dos tributos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contrato da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14. Dessa forma, os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01 e o CPC 47.

21 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inerentes às respectivas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

	R\$ Mil			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado				
Caixa e bancos	10	10	3	3
Concessionárias e permissionárias	1.118	1.118	1.073	1.073
Fornecedores	608	608	1.467	1.467
Encargos Setoriais - P&D	605	605	515	515
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	26.266	26.266	26.508	26.508

A Companhia gerencia os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

- **Risco de crédito:** O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Este risco está diretamente relacionado às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de Concessionárias e permissionárias, entre outros. O risco decorrente da Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento no regime de cotas, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A Companhia tem a política de manter suas aplicações financeira em banco de primeira linha com bons níveis de Rating.
- **Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, possui disponibilidades financeiras suficientes para pagamento de suas obrigações. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.
- **Risco de mercado:** É apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía riscos de mercado associados a dívida.
- **Risco de Capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital caso haja necessidade, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
- **Avaliação dos riscos regulatórios:** A CEB Geração S/A é uma Sociedade detentora de concessão de serviço público de geração de energia disponibilizada ao Sistema Nacional de Energia a partir de cotas de sua garantia física, com preços e condições regulados por legislação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Por ser regulada, requer monitoramento constante às eventuais mudanças e ajustes na legislação vigente e normas regulamentadoras sendo fundamental que a Companhia ajuste suas estratégias de negócio em conformidade às mudanças regulatórias mantido o objetivo de otimizar os resultados econômicos e financeiros e crescimento dos negócios.
- **Avaliação dos riscos ambientais e hídricos:** A geração de energia elétrica a partir de usinas hidrelétricas pode apresentar riscos ambientais significativos. Para minimizar esses riscos ambientais, as empresas de geração de energia elétrica seguem padrões ambientais rigorosos e implementam medidas de mitigação, monitoramento constante da qualidade e da vazão da água, quando necessário, medidas para minimizar a erosão e sedimentação. Ainda são cumpridas todas as exigências constantes na sua Licença Operacional e na Lei 14.066/20 que Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, dentre várias outras leis e normas do setor. Além disso, sempre estando em contato com as comunidades locais para garantir que seus interesses sejam atendidos e mitigar quaisquer impactos socioeconômicos negativos.

Uma usina hidrelétrica está sujeita a vários riscos hidrológicos, que podem afetar a produção de energia elétrica. O Lago Paranoá é um lago de uso múltiplo, no qual uma cota mínima diária é previamente determinada visando manter todas as utilizações desse lago e minimizar os conflitos de uso das águas. Assim, a falta de chuvas pode levar à diminuição do volume de água nos reservatórios, o que pode limitar a capacidade de geração de energia da usina.

- **Avaliação dos riscos de infraestrutura:** Por se tratar de uma usina de 60 anos, os riscos de falhas são extremamente altos, estando presente em todos os equipamentos, podendo levar a indisponibilidade da planta parcial ou totalmente. Ainda há os riscos de incêndios, pois a UHE Paranoá está situada numa área de mata, e no período de seca esse risco aumenta, além do fato de que a usina utiliza uma grande quantidade de equipamentos elétricos e materiais inflamáveis. Um incêndio pode danificar seriamente as instalações e interromper a produção de energia. Além disso, a infraestrutura de uma usina hidrelétrica é altamente

dependente de sistemas de tecnologia da informação, o que gera o risco de ataques cibernéticos. Um ataque cibernético pode comprometer esses sistemas e interromper a produção de energia. Por último, destacamos que o funcionamento de uma usina hidrelétrica pode ser perigoso para os trabalhadores que realizam manutenção, operação e reparos nas instalações, pois são trabalhos que geram risco de acidentes de trabalho e podem causar lesões graves ou morte, por choque elétrico.

22 Aspectos ambientais (Não auditado)

A Administração pautou sua conduta pela preservação do meio ambiente em respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2024, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

- a) Continuidade do programa de visitas educativas guiadas às instalações da Usina Hidrelétrica Paranoá. A usina recebe visitantes durante todo o ano, tendo como principais públicos as escolas públicas e privadas, as Universidades, além de órgãos públicos como a ANEEL e ANA.
- b) Continuidade da política de manutenção da cota do Lago Paranoá, conforme determinado pela ADASA. A gestão do reservatório permite o seu uso múltiplo, contribuindo com o paisagismo e a umidade da cidade, sendo utilizado para captação de água, turismo, diluição de efluentes da ETE's, lazer e produção de energia elétrica, além de regular as cheias a jusante da barragem.
- c) Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação da usina, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisionada.
- d) Cumprimento das condicionantes constantes da Licença de Operação N° 078/2024, emitida pelo IBRAM em 14/10/2024, com vigência para 10 (dez) anos.
- e) A Companhia em 2022, adotou uma série de ações e providências para evitar e combater incêndios florestais, relacionadas tanto à limpeza das áreas e aquisição de equipamentos, quanto com o treinamento de colaboradores, em parceria com o Corpo de Bombeiros do DF.

23 Seguros da Companhia

A Companhia adota uma política preventiva com relação à contratação de seguros, procurando colocar os ativos da Usina devidamente assegurados dentro da matriz de risco do grupo CEB. Contudo, por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 60, a Administração da Companhia não tem encontrado no mercado seguradora que se disponha a efetuar o seguro patrimonial.

Considerando esta limitação inerente ao empreendimento, o Poder concedente, quando da renovação da concessão e extensão de prazo, não incluiu cláusula sobre a obrigatoriedade de contratação de Seguros, fato que não tem impedido as tentativas da CEB Geração S/A de assegurar seus bens. Por esses motivos em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui cobertura de seguro para seus ativos.

24 Outro assunto - Reforma Tributária no Brasil

A Reforma Tributária Brasileira foi aprovada e promulgada em dezembro de 2023 no Congresso Nacional com um objetivo de simplificar os tributos sobre consumo, acabar com a cumulatividade e unificar a legislação dos novos tributos, sendo um dos pilares da reforma a simplificação e harmonização dos tributos existentes.

A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminando redundâncias e facilitando o cumprimento das obrigações fiscais. A mudança substitui 5 (cinco) tributos vigentes por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual) composto por: i) Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios; ii) Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS é de competência da União. Além disso, cria-se o

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Imposto Seletivo, IS, que não tem função arrecadatória, pretende desestimular o consumo de produtos e serviços que façam mal à saúde e ao meio ambiente.

Embora as alíquotas ainda não estejam completamente definidas, isso será feito por Lei Complementar. No entanto, de acordo com um estudo do Ministério da Fazenda, a alíquota padrão está estimada em 27%. O IBS e CBS devem ser regulamentados por Lei Complementar ainda em discussão no Congresso Nacional. Sendo assim, para o ano de 2024, a Companhia não identificou alterações efetivas na forma de apuração e cálculo dos tributos e ainda não é possível estimar os possíveis impactos nos resultados futuros da Companhia como resultado da Reforma Tributária.

25 Eventos subsequentes

Em 31/12/2024, a Administração da Companhia optou por mudar o regime de tributação de Lucro Presumido para Lucro Real, buscando maior eficiência tributária e adequação financeira. Essa decisão foi motivada pela busca por uma gestão tributária mais eficiente e pela necessidade de adequação às características operacionais e financeiras da Companhia. Essa transição altera a base de cálculo dos impostos, permitindo a dedução de despesas operacionais e a compensação de prejuízos fiscais.

Foram analisadas as diversas vantagens dessa mudança, entre elas, destacam-se a possível redução da carga tributária para empresas com margens menores, que é uma realidade atual da CEB Geração, uma vez que a tributação se dará sobre o lucro efetivo da empresa e não sobre uma margem presumida, além disso, a empresa poderá aproveitar créditos fiscais sobre aquisições de bens e serviços, o que pode gerar uma compensação tributária. Esse benefício não está disponível no regime de Lucro Presumido, trazendo uma vantagem adicional para a empresa. O regime de Lucro Real permite que a empresa ajuste sua tributação de acordo com sua performance real, o que se reflete em uma maior transparência e controle financeiro, permitindo um planejamento tributário eficiente para a geração de caixa da Companhia. A mudança de regime tributário foi realizada em conformidade com a legislação vigente e com o suporte de consultoria especializada, visando garantir a correta apuração dos tributos e a conformidade fiscal.

A Administração da Companhia está comprometida em monitorar continuamente os impactos dessa mudança e sua adequação às necessidades do negócio.

26 Benefícios a empregados


A NBC TG 33 – Benefícios a Empregados estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de benefícios concedidos aos empregados, incluindo benefícios de curto e longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios por desligamento. No contexto da adesão da CEB ao plano de previdência complementar da FUNDIAGUA, a norma destaca a necessidade de contabilização adequada dos compromissos assumidos com os empregados, considerando aspectos como a mensuração atuarial das obrigações e o reconhecimento contábil de custos e passivos relacionados aos benefícios pós-emprego. Dessa forma, a adesão ao Plano III e ao Programa de Assistência à Saúde deve seguir as diretrizes estabelecidas pela NBC TG 33, garantindo a transparência e o adequado registro contábil das obrigações previdenciárias e assistenciais da Companhia Energética de Brasília – CEB.


Pedro Cardoso de Santana Filho
Diretor - Geral

Brás Kleyber Borges Teodoro
Diretor Administrativo - Financeiro

Eduardo Cavalcante Lemos
Diretor de Gestão Predial da Barragem

Kelly dos Santos Penga
Diretora Técnica

 Documento assinado digitalmente
RENATA ROSA RIBEIRO
Data: 29/04/2025 15:21:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

 Documento assinado digitalmente
CAMILLA JULIANA GOSENHEIMER
Data: 29/04/2025 15:51:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Renata Rosa Ribeiro
Contadora
CRC 021789/O-6

Camilla Juliana Gosenheimer
Contadora
CRC 026298/O-9